

COMPETÊNCIA PEDAGÓGICA NA SOCIEDADE DO CONHECIMENTO: UMA NOVA REALIDADE PARA A PRÁTICA DA DOCÊNCIA UNIVERSITÁRIA.

Kleber Ávila Ribeiroⁱ

kleber.avila@facape.br

Deise Cristiane do Nascimentoⁱⁱ

deise.nascimento@facape.br

RESUMO

Este artigo tem por objetivo mostrar as novas exigências para a prática da docência universitária nas universidades e demais instituições de ensino superior do Brasil, visando a construção de um novo modelo de ensino-aprendizagem que priorize não somente a formação de profissionais, mas, também, a de cidadãos. Fazer uma reflexão sobre a importância da competência pedagógica do novo professor universitário, visando a disseminação e a produção do conhecimento ante atual conjuntura. Promover uma análise crítica sobre a prática da docência nas universidades e demais instituições de ensino superior que, em sua grande maioria, ainda, continuam utilizando práticas conservadoras, com enfoque no professor e no ensino, contrapondo-se à nova concepção da sociedade do conhecimento cujo enfoque está no aluno e na aprendizagem.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino-aprendizagem. Docência universitária. Sociedade do conhecimento. Competência pedagógica.

ABSTRACT

This aim has for objective show the new requirements to practical of university teaching at the universities and too many institutions of Brazil's higher teaching, having in view building of the new model of teaching-learning that have priority over not only on form of professionals but too citizens. Make a reflection about the importance of pedagogical competence the new university teacher having in view to disseminate and build knowledge in view the current situation. Promote an critical analysis about practical of university teaching at the universities and too many institutions of higher teaching that in your absolute majority still continue using conservative practicals, with approach at the teacher and an the teaching, object to the new conception of knowledge's society whose approach is at the student and learning.

KEY WORDS: Teaching-learning. University teaching. Society of knowledge. Pedagogical competence.

INTRODUÇÃO

Desde a sua implementação, o modelo educacional brasileiro tem em sua estrutura organizacional a característica de privilegiar o domínio de conhecimentos e de experiências profissionais como pré-requisitos necessários àqueles profissionais interessados em atuarem como docentes nas universidades e demais instituições de ensino superior do país. Tal atitude encontra-se fundamentada tanto nos modelos educacionais que foram introduzidos no Brasil, o modelo jesuíticoⁱⁱⁱ e o modelo franco-napoleônico^{iv}, atrelados à idéia de que “quem sabe, automaticamente sabe ensinar”.

Partindo-se dessa premissa, torna-se necessário que seja feita uma reflexão acerca da competência pedagógica e da nova prática da docência universitária. Muitos professores do ensino superior, ainda, continuam levando em conta apenas sua própria formação técnico-profissional associada às experiências profissionais e docentes, acreditando que não há nada a ser modificado no atual processo de ensino-aprendizagem. Portanto, em virtude dessa posição adotada pela maioria do corpo docente das demais instituições de ensino superior no Brasil, é que surgem severas críticas quanto à falta de competência pedagógica por parte destes profissionais, constatada, na maioria das vezes, através de conversas com alunos das universidades e demais instituições de ensino superior existentes.

[...] esses profissionais vêem-se como profissionais bem-sucedidos e professores que ensinam bem suas matérias. Então, perguntam por que debater novas exigências ou possíveis modificações na sua ação docente? (MASETTO, 2003, p.11).

Ao longo do tempo, as universidades e demais instituições de ensino superior preocuparam-se diretamente com a formação de profissionais para o exercício de suas respectivas profissões. Os currículos eram fechados, limitavam-se exclusivamente ao conteúdo de disciplinas consideradas indispensáveis ao exercício profissional, buscando, dessa forma, a formação de profissionais competentes em suas respectivas áreas de atuação, mediante um processo de ensino-aprendizagem onde os conhecimentos e experiências profissionais de cada um eram transmitidos de um professor que sabe e conhece para um aluno que não sabe e não conhece, depois seguia-se uma avaliação que considerava se o aluno estava apto ou não para o exercício da profissão que escolhera.

No Brasil, até a década de 1970, as instituições de ensino superior exigiam dos postulantes à docência apenas o título de bacharel associado ao exercício competente de sua profissão. Com o desenvolvimento e a expansão dos cursos superiores, principalmente a partir da última década, surge, então, a necessidade do corpo docente ser mais diversificado formado por profissionais das mais diferentes áreas do conhecimento. Passando-se a exigir para prática da docência, além do título de bacharel e a competência profissional, cursos de especialização na área, mestrado e doutorado. Com o decorrer do tempo observou-se que o que perdura, ainda, é uma visão tecnicista, a exigência e a preocupação continua a mesma: o domínio do conteúdo em determinada matéria e a experiência profissional. Em momento algum, o docente é visto como educador, como importante elemento inserido dentro do contexto do processo de ensino-aprendizagem, capaz de demonstrar preocupação e comprometimento com a nova realidade e as novas exigências do modelo educacional, com a aprendizagem e com a construção do conhecimento do aluno. Esta situação leva a um questionamento: até que ponto a exigência para que os postulantes à docência obtenham cada vez mais titulação irá contribuir de forma efetiva para melhoria da qualidade da didática praticada dentro das universidades e demais instituições de ensino superior no Brasil? De acordo com Vasconcelos (1998, p. 86), “há pouca preocupação com o tema da formação pedagógica de

mestres e doutores oriundos dos diversos cursos de pós-graduação do país. A graduação tem sido ‘alimentada’ por docentes titulados, porém, sem a menor competência pedagógica”.

A postura dos cursos de pós-graduação, em sua grande maioria, ratificam esta situação, acabam por priorizar durante o desenvolvimento de suas atividades acadêmicas a condução de pesquisas que tem por objetivo a reprodução e a consolidação da idéia de que para ser professor universitário basta, apenas, ter profundo conhecimento do conteúdo que pretende lecionar, em se tratando de cursos de nível superior, basta, apenas, ser um bom pesquisador.

A sociedade brasileira vive a era do conhecimento e das inovações tecnológicas, portanto, ante a atual conjuntura, no qual encontra-se inserido o modelo educacional vigente, os profissionais do ensino superior, cada vez mais, estão conscientes da necessidade de mudança de comportamento enquanto docentes. Para a melhoria da prática da docência universitária é necessário algo mais, não basta ter apenas domínio do conteúdo da disciplina a ser ministrada e competência profissional, é necessário, também, que se tenha competência pedagógica para tal prática. Hoje, a revolução tecnológica recai diretamente sobre a disseminação e a produção do conhecimento bem como da formação profissional.

As universidades, até pouco tempo atrás, eram as únicas instituições responsáveis pela pesquisa, produção e divulgação do conhecimento e da elaboração dos currículos profissionais, hoje, esse privilégio deixou de ser exclusivo, passando a ser realizado por uma infinidade de instituições, privadas ou públicas, mídia televisiva, internet e demais veículos de comunicação em massa. O acesso ao conhecimento e à pesquisa deixou de ser restrito ao ambiente acadêmico e passou a ser socializado, possibilitando o acesso de todos – professores, alunos e sociedade em geral.

Face ao atual estágio em que se encontra a docência universitária, é importante que as universidades e demais instituições de ensino superior saiam de si mesmas e passem a interagir com outras instituições produtoras de conhecimento e de pesquisa, haja vista, que os professores já admitem que não são mais os únicos detentores do conhecimento a ser transmitido, mas colaboradores a quem compete socializar suas experiências e seus conhecimentos com todos que buscam o saber. “É um novo mundo, uma nova atitude, uma nova perspectiva na relação entre o professor e o aluno no ensino superior.” (MASETTO, 2003, p.14)

Os currículos profissionais precisam ser revistos e ajustados às novas exigências devido às mudanças porque passa o modelo educacional brasileiro. Ante a esta atual conjuntura, os docentes do ensino superior devem, além de tomar providências adequadas para pesquisar, atualizar e melhorar suas habilidades pedagógicas, desenvolver a capacidade de se adaptar ao novo, ser criativo, ter autonomia, ser comunicativo e ter iniciativa. Estas novas exigências impostas são importantes para que, os docentes universitários, possam desempenhar a prática da docência com o objetivo de promover o desenvolvimento das habilidades cognitivas de seus alunos, ensinando-os a pensar, a aprender, e a tomar iniciativa.

AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NA SOCIEDADE DO CONHECIMENTO

O modelo educacional brasileiro, sobretudo, do início deste século, vem sofrendo profundas mudanças estruturais, fato que sugere uma reflexão acerca das práticas pedagógicas que estão sendo propostas para a prática da docência universitária. A mudança mais perceptiva é a transição de uma sociedade de produção em massa para a sociedade do conhecimento, voltada para o aluno e a aprendizagem, esta transformação tem uma forte influência das inovações tecnológicas e da acessibilidade às informações, gerando impactos em todas as áreas do conhecimento.

Nesta última década, pode-se destacar a comunicação eletrônica e informatizada como as novas modalidades de acesso à informação e ao conhecimento. “Portanto, a mudança da sociedade exige uma condução diferenciada do processo de ensinar e de aprender.” (BEHRENS, MIRANDA, VIDAL, 2001, p.33).

No transcorrer de grande parte do século XX, a prática da docência universitária era influenciada por uma visão conservadora e determinista marcadas por atitudes autoritárias e de verdades absolutas. As exigências da sociedade do conhecimento desafiam os docentes do ensino superior a promoverem mudanças em suas práticas pedagógicas, buscando novas metodologias que levem à superação do autoritarismo, da fragmentação, da cópia e da memorização.

A metodologia de ensino vem sofrendo, ao longo deste processo de transição, severas críticas devido à lentidão com que está absorvendo o impacto das novas exigências, contrapondo-se às demais áreas do conhecimento. As críticas são direcionadas à prática da docência nas universidades e demais instituições de ensino superior que, em sua grande maioria, ainda, continuam utilizando práticas conservadoras, com enfoque no professor e no ensino, portanto, indo contra à nova concepção da sociedade do conhecimento cujo enfoque está no aluno e na aprendizagem.

Os docentes de ensino superior terão que reconstruir suas práticas pedagógicas de modo a possibilitar a construção de um modelo de ensino-aprendizagem significativo, tanto para professores quanto para alunos. É necessário que se faça uma auto-reflexão sobre suas próprias ações pedagógicas em sala de aula, para que possa auxiliá-los na condução de um novo posicionamento quanto ao encaminhamento metodológico por onde deverão seguir os demais docentes universitários. A sociedade do conhecimento exige que a universidade e demais instituições de ensino superior proporcionem oportunidades de refletirem sobre a prática da docência visando o desenvolvimento e elaboração de metodologias inovadoras, exigindo-se cada vez mais que o professor universitário, ao escolher uma nova metodologia, busque focalizá-la para a aprendizagem das competências, habilidades e aptidões dos alunos, tendo sempre como objetivo principal a construção de um conhecimento que sirva de base para a formação profissional ética, competente e significativa.

Nessa escola, acredita-se que formar é organizar contextos de aprendizagem, exigentes e estimulantes, isto é, ambientes formativos que favoreçam o cultivo de atitudes saudáveis e o desabrochar das capacidades que lhes permitem viver em sociedade, ou seja, nela conviver e intervir em interação com os outros cidadãos. Atribuem aos professores a capacidade de serem atores sociais, responsáveis em sua autonomia, críticos em seu pensamento, exigentes em sua profissionalidade coletiva assumida... Habitados a refletir, terão motivações para continuar e para investigar, reconhecerão a importância das dimensões afetivas e cognitivas do ser humano, reagirão melhor em face da mudança e do risco que caracterizam uma sociedade em profunda transformação. (ALARCÃO, 2001, p. 11-2).

Para o desenvolvimento de uma nova prática pedagógica é necessário que haja a pesquisa de novas formas de abordagem que possam atender às novas expectativas impostas pela sociedade visando à construção do conhecimento, o desenvolvimento das habilidades cognitivas dos alunos e, sobretudo, a superação de antigos métodos de ensino pautados na reprodução e na memorização do conteúdo. Portanto, pode-se afirmar que a prática pedagógica, diante deste novo processo de ensino-aprendizagem que se apresenta, destina-se a consolidar caminhos que conduzam à transformação da sociedade.

O PROFISSIONALISMO NA DOCÊNCIA DO ENSINO SUPERIOR

Com o passar do tempo, a prática da docência universitária, mesmo em instituições de ensino que fomentam a pesquisa, vem se mostrando preocupada exclusivamente com a formação de profissionais para suprir o mercado de trabalho. Tal concepção vem passando por significativas mudanças, principalmente, nas últimas décadas, exigindo das instituições de ensino superior uma reviravolta em seu método de ensino-aprendizagem para adequar-se às novas exigências da sociedade do conhecimento.

O processo de ensino-aprendizagem começa a sofrer profundas transformações em seu centro dinâmico, passando de uma metodologia preocupada com a disseminação de informações e de experiências, para uma nova metodologia de ensino voltada para: i) o desenvolvimento da aprendizagem dos alunos, através do desenvolvimento de suas habilidades cognitivas e; ii) atribuir um verdadeiro significado aos conteúdos que são estudados em sala de aula, estabelecendo, desta forma, uma relação entre o que é ministrado pelo professor e sua atividade profissional, estimulando-os a desenvolver a capacidade de construir o conhecimento.

Essas transformações começam a ser notadas no próprio processo de ensino-aprendizagem, na relação professor e aluno, no perfil do docente bem como no incentivo à pesquisa nas universidades e demais instituições de ensino superior.

Inicia-se então uma transição para um novo método de ensino voltado para o aprendizado do aluno, o aluno passa a ser visto como principal elemento desse processo, buscando-se aperfeiçoar sua capacidade de pensar, atribuindo, dessa forma, um significado àquilo que é estudado, de perceber uma relação entre a teoria, ou seja, os assuntos ministrados em sala, e o exercício da atividade profissional do docente, permitindo que o aluno desenvolva a capacidade de construir seu próprio conhecimento através da produção de textos e da coleta de informações. Anteriormente o processo de ensino-aprendizagem priorizava exclusivamente a mera transmissão de informações e experiências.

Embora alguns docentes do ensino superior já entendam o paradigma atual da prática da docência na sociedade do conhecimento, é fato, ainda, que a mudança na relação professor-aluno está ocorrendo de modo muito tímido no âmbito das instituições de ensino superior, onde alguns professores continuam insistindo na idéia de atuarem na docência como mero transmissor de informações, associando a isto uma metodologia de ensino pautada, exclusivamente, em ministrar aulas expositivas, fato este, que contribui, de certa forma, com a velha metodologia de ensino em que se privilegia a reprodução e a memorização.

O atual paradigma do processo de ensino-aprendizagem coloca o aluno como sujeito ativo desse processo, busca-se, através da nova prática docente, despertar no aluno dos cursos de nível superior o incentivo à pesquisa, visando à construção e o desenvolvimento de suas habilidades cognitivas. A nova ênfase que é dada ao ensino superior é direcionada às ações do aluno criando-lhe condições para que aprenda o conteúdo ministrado; deseja-se desenvolver uma nova metodologia de ensino que envolva, além dos conhecimentos adquiridos, habilidades, competências e desenvolvimento de valores, ou seja, não se preocupando apenas com a formação técnica, mas também com formação de futuros cidadãos.

No campo da pesquisa existe uma preocupação em se modificar o modelo dos currículos dos cursos superiores existentes, visando promover a interação entre as diferentes áreas do conhecimento e o desenvolvimento de pesquisas baseadas na relação professor-aluno. Na prática da atual docência universitária, cabe ao professor não só ministrar aulas expositivas, mas, também, produzir conhecimento, difundir e fomentar a discussão com os outros professores das diferentes áreas do conhecimento acerca dos estudos realizados sobre

determinada matéria, bem como orientar seus alunos na produção de atividades científicas. Em meados da década de 30, a prática da docência na universidade limitava-se exclusivamente com a formação tecnicista dos alunos, a formação do cidadão podia ser obtida através dos movimentos estudantis vinculados aos movimentos da sociedade civil da época, portanto, fora do meio acadêmico.

As questões de cidadania eram trazidas para dentro das universidades pelos centros acadêmicos, pelos teatros universitários, pelos grupos políticos partidários e pelos professores que entendiam ser esta sua missão. Palestras, debates, conferências, mesas-redondas, passeatas entrosavam universidade e sociedade; continuava não de forma curricular, mas viva a formação do profissional-cidadão. (MASETTO, 2003, p.23).

As transformações que estão ocorrendo no modelo de ensino brasileiro exigem uma mudança de perfil do docente de ensino superior, fazendo com que ele passe a atuar como mediador dentro do processo de ensino-aprendizagem. Hoje, é imprescindível que o professor pesquise e produza conhecimento, mantenha-se atualizado e busque novas especializações que sirvam como fonte de incentivo para que seus alunos se dediquem à atividade de pesquisa.

Esta mudança de perfil do professor está na modificação do centro dinâmico do processo de ensino-aprendizagem: antes o professor era o sujeito ativo desse processo, agora o foco principal voltou-se para o aluno e para as suas necessidades de aprendizado, exigindo-se, portanto, uma maior interação entre professor e aluno visando a melhoria da qualidade na prática da docência. Face a essa mudança, o novo papel do professor universitário é o de atuar como elemento motivador, auxiliando seus alunos a atingirem seus objetivos. Através do estabelecimento de uma relação com seus alunos, o professor poderá levá-los a explorar novos ambientes de aprendizagem, ensiná-los a dominar os recursos tecnológicos, valorizar o aprendizado em sala de aula com a convivência com os outros colegas, bem como com outros professores, inclusive, aqueles de fora da instituição. A interação do professor com os alunos possibilita que seja feita uma reflexão acerca dos métodos avaliativos que são utilizados para avaliar a aprendizagem, haja vista, que as avaliações devem atuar como elemento motivador, como instrumento de coleta de dados, visando identificar e auxiliar os alunos a superarem suas deficiências durante o processo de ensino-aprendizagem.

Professores que não são livres para construir suas próprias atividades, pesquisar, engajar-se em aprendizagem significativa, assumir riscos, tomar decisões e assessorar sua própria competência serão incapazes de criar tais possibilidades para os estudantes. Professores que não tem auto-estima e senso de que podem controlar seus próprios destinos encontrarão dificuldade para incrementar tais crenças nos outros. (DEMO, 2000, p. 42-3).

As transformações que incidem sobre o ensino superior brasileiro mostram, de forma explícita, quais as novas competências pedagógicas necessárias à prática da docência universitária.

A atual prática docente exige que o professor universitário possua, além da experiência profissional adquirida em suas atividades cotidianas, obtidas mediante os cursos de graduação ofertados pelas universidades e demais instituições de ensino superior, competência pedagógica, ou seja, é necessário que demonstre domínio do conteúdo referente à determinada área do conhecimento. Essa nova realidade da metodologia educacional exige dos professores universitários uma busca constante pela atualização de seus conhecimentos e

de suas práticas profissionais, tendo, sempre, como objetivo principal a prática da pesquisa visando à construção do conhecimento.

A CONSTRUÇÃO DE UM NOVO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM PAUTADO NO DIALOGISMO ENTRE PROFESSOR E ALUNO.

Na sociedade do conhecimento, ainda, pode-se perceber, na prática docente, que muitos docentes do ensino superior continuam atrelados aos paradigmas do modelo de educação tradicional, preocupando-se apenas com a mera transmissão de informações, na elaboração de aulas expositivas, cansativas e enfadonhas, que desmotivam os alunos a participarem do processo de ensino-aprendizagem. Apesar disto, percebe-se, mesmo que de forma incipiente, um significativo número de docentes que se preocupam em inserir seus alunos nesse processo, procurando envolvê-los com a matéria a ser estudada, conscientizando-os de que eles são os sujeitos do novo processo de ensino-aprendizagem. O novo docente do ensino superior deve ensinar seu aluno a aprender, a pensar, a contextualizar, e a emitir sua própria opinião.

Exige-se para a atual prática da docência universitária um novo perfil docente que busque a construção de um novo modelo de ensino-aprendizagem; o professor deverá atuar como orientador das atividades acadêmicas necessárias para a construção do aprendizado de seus alunos, atuando como elemento motivador e, ao mesmo tempo, estimulando-os em seu desenvolvimento, mostrando sua evolução ao longo do período de aprendizagem, direcionando-os através de medidas corretivas. O professor universitário deverá constituir com seus alunos grupos de estudos visando o alcance de objetivos em comum, estimulando-os a trabalhar em equipe, buscando a solução mútua de problemas, mostrando que eles são capazes de aprenderem uns com os outros. É importante que haja, durante a realização dos trabalhos acadêmicos, um *feedback*^v freqüente entre os participantes envolvidos no processo de ensino-aprendizagem – professor e aluno – para que se construa uma relação de confiança, visando à construção de relação fundamentada no dialogismo.

É importante que o professor desenvolva uma atitude de parceria e co-responsabilidade com os alunos planejando o curso juntos, usando técnicas em sala de aula que facilitem a participação e considerando os seus alunos adultos que podem se co-responsabilizar por seu período de formação profissional. (MASETTO, 2003, P.30).

O perfil do novo docente exige que ele participe mais efetivamente do processo de ensino-aprendizagem como mediador das informações de que dispõe, e não apenas como mero transmissor delas, transformando-as em conhecimento, contribuindo, desta forma, para a construção de um modelo educacional que vise à formação de profissionais e cidadãos, que devem estar sintonizados com as inovações tecnológicas e científicas da sociedade do conhecimento onde se encontram inseridos.

A FORMAÇÃO DOCENTE: A IMPORTÂNCIA DA DIDÁTICA E A LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL.

Além de constituir-se um dos principais entraves à construção de um novo processo de

ensino-aprendizagem, a preocupação com a didática encontra-se atrelada à prática da docência nas universidades e demais instituições de ensino superior do país, sendo considerado um dos principais objetos de crítica aos profissionais da docência universitária, fato que pode ser constatado através de entrevistas e conversas informais com alunos universitários, bem como através de literatura especializada nesta área do conhecimento. A didática não pode ser dissociada do ensino, a parte que cabe aos docentes, quanto da aprendizagem, parte que está relacionada aos alunos; a didática deve ser vista como o estudo de todo o processo de ensino-aprendizagem, que deve enfatizar o desenvolvimento de uma nova relação dialógica entre professor-aluno. No novo modelo de ensino-aprendizagem, a prática da docência universitária deve banir o uso da didática como instrumento que vise manipular o aluno mediante submissão a qualquer tipo de experimento ou treinamento, devendo se sobrepôr à interesses contrários à formação do aluno. A didática tem por objetivo fornecer subsídios metodológicos ao professor para ensinar bem, sem se perguntar a serviço do que e de quem ensina. (DE ANDRÉIA, OLIVEIRA, 1997, P.9).

Relatos de que o professor sabe a matéria, porém não sabe como transmiti-la ao aluno, de que não sabe como conduzir a aula, não se importa com o aluno, é distante, por vezes arrogante, ou que não se preocupa com a docência, priorizando seus trabalhos de pesquisa, são tão freqüentes que parecem fazer parte da “natureza”, ou da “cultura”, de qualquer instituição de ensino superior. (PACHANE, PEREIRA, 2003, p.255).

Pelo que se pode constatar, a questão didática nos cursos de nível superior perdurará por um bom tempo, a preocupação principal é aumentar o nível de exigência para que os docentes universitários obtenham títulos de mestrado e doutorado, fato que provoca uma série de discussões e questionamentos acerca da maneira como tais qualificações são feitas e de que forma efetiva poderão contribuir para melhoria da qualidade da prática didática nas salas de aula das universidades e demais instituições de ensino superior do país. A formação de docentes para os cursos universitários ainda continua priorizando o domínio de conteúdo, obtido através do estudo aprofundado da matéria que será lecionada, não se exigindo nada de conhecimento relativo às questões didático-pedagógicas, a constatação pode ser obtida, ainda, nos concursos para contratação de professores universitários. De acordo com Vasconcelos (1998, p.86) “há pouca preocupação com o tema da formação pedagógica de mestres e doutores oriundos dos diversos cursos de pós-graduação do país. A graduação tem sido “alimentada” por docentes titulados, porém sem a menor competência pedagógica.”

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) pouco contribui para a melhoria da qualidade da formação docente, pois não fornece o devido amparo legal quanto à formação pedagógica dos postulantes à prática da docência nos cursos de nível superior, sendo omissa com relação ao assunto e deixa a critério dos estatutos e regimentos de cada universidade ou de cada instituição de ensino superior para deliberarem sobre o assunto. Durante o período de discussão e acompanhamento da LDB, o texto original, de autoria do então senador Darcy Ribeiro, mencionava a importância da formação didático-pedagógica para a melhoria da prática docência universitária. “Art. 74 – A preparação para o exercício do magistério superior se faz, em nível de pós-graduação em programas de mestrado e doutorado, acompanhados da respectiva formação didático-pedagógica, inclusive de modo a capacitar o uso das modernas tecnologias do ensino.”

Entretanto, atendendo à interesses e pressões de setores da sociedade contrários a melhoria da qualidade da formação dos professores universitários, o texto final exclui da prática da docência universitária a necessidade de que os professores tenham formação pedagógica. “Art. 66 - A preparação para o exercício do magistério superior far-se-á em nível de pós-graduação, prioritariamente em programas de mestrado e doutorado.”

A atual política pública não contempla as condições de trabalho do docente de forma ampla e integrada. Logo, a melhoria contínua da valorização dos docentes conduziria ao bem estar social e da qualidade do ensino ministrado aos alunos. Sendo assim o entrelaçamento do aprendizado professor-aluno vai além das fronteiras da sala de aula, onde a capacitação do docente permite a qualidade do conhecimento ofertado.

As políticas públicas no que se refere ao aspecto social têm por princípio a intervenção através das políticas sociais à reprodução de uma parcela da população a qual é considerada uma função intrínseca do Estado moderno, configurando padrões de direitos sociais próprios a cada nação, conforme destaca Fleury (1994).

Como mecanismo de rever as diretrizes e as bases da Educação Nacional, a lei nº 9.394/96, no artigo 59, indicada que os sistemas de ensino devem asseverar aos alunos currículos, métodos, recursos e organização específicos para atender as suas necessidades. O aprendizado contínuo e a formação do indivíduo proativo. A liberdade de construir pensamentos críticos com a quebra de antigos paradigmas.

Ainda, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), em seu artigo 43º, estabelece que a educação superior tem por escopo:

I - estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;

II - formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;

III - incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;

IV - promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;

V - suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistemática do conhecimento de cada geração;

VI - estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;

VII - promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.

No que se refere à educação superior as transformações necessárias são oriundas do sistema capitalista. Logo, os conflitos do sistema capitalista, onde cabe a modificação das ações do Estado como entidade que absorve os complexos sociais. Na atual conjuntura a educação esta inserida como prioridade das políticas públicas, ressarcindo a população de um direito garantido. Sendo assim está inserido na escola assim como a qualidade na educação é condição necessária a todos educandos.

Ainda, cabe destacar que no Plano Nacional de Educação enfatiza “o grande avanço que a década da educação deveria produzir seria a construção de uma escola inclusiva que garanta o atendimento à diversidade humana”. Sendo assim destaca-se a importância de inclusão das desigualdades humanas, ainda se estabelece os objetivos e as metas que defendam o atendimento das diversidades especiais oriundas dos alunos. Cabe ressaltar que as escolas públicas e privadas não estão preparadas para receber alunos que apresentam deficiência nas

classes comuns do ensino regular, à formação docente, a acessibilidade física e ao atendimento educacional especial.

Portanto, as políticas públicas voltadas para a educação enfatizam as condições e os recursos necessários ao aprendizado e a reforma das distorções de forma a reduzir as desigualdades sociais. Entretanto, ainda há a necessidade de rever a capacitação dos docentes em termos de melhoria na qualidade do ensino e da remuneração auferida. Uma educação inclusiva que não tange apenas aos aspectos tradicionais, mas com a inserção de temas atuais. Na atualidade, existe uma diversidade de alunos que requerem um planejamento para atender as demandas enfrentadas pelo docente que necessita de qualificação para entender os aspectos diversos da formação as quais ele se depara. Logo, a abrangência das informações requer um aprendizado contínuo, adaptando ao sistema de ensino às necessidades sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Constitui-se um dos principais entraves à construção de um novo modelo de ensino-aprendizagem as “amarras” que o mantém atrelado aos paradigmas da educação tradicional, educação esta que prioriza a memorização, a produção em massa, onde o professor é visto como figura central do processo de ensino-aprendizagem, contrapondo-se à construção de novo modelo educacional que vise atender às exigências da sociedade do conhecimento, modelo este que deverá ser capaz de: i) promover o desenvolvimento da aprendizagem dos alunos, através do desenvolvimento de suas habilidades cognitivas e; ii) atribuir um verdadeiro significado aos conteúdos que são estudados em sala de aula, estabelecendo, desta forma, uma relação entre o que é ministrado pelo professor e sua atividade profissional, estimulando-os a desenvolver a capacidade de construir o conhecimento.

É importante e necessário que haja uma preocupação com a qualificação dos docentes das universidades e demais instituições de ensino superior, mas, não se pode esquecer de um simples: o professor é um educador. Portanto, nunca poderá excluído do processo que busca construir um novo modelo de ensino-aprendizagem, deverá ser capaz de demonstrar preocupação e comprometimento com a nova realidade e as novas exigências do modelo educacional, com a aprendizagem e com a construção do conhecimento do aluno. Vale lembrar mais uma vez que esta situação leva a um questionamento: até que ponto a exigência para que os postulantes à docência obtenham cada vez mais titulação irá contribuir de forma efetiva para melhoria da qualidade da didática praticada dentro das universidades e demais instituições de ensino superior no Brasil? Portanto, não se pode deixar de levar em consideração as habilidades pedagógicas do professor, associadas ao domínio do conteúdo e a experiência profissional que dispõe.

A sociedade do conhecimento exige de todas as partes envolvidas - as universidades e demais instituições de ensino superior, docentes e autoridades - que proporcionem oportunidades de refletirem sobre a prática da docência visando o desenvolvimento e elaboração de metodologias inovadoras, exigindo-se cada vez mais que o professor universitário, ao escolher uma nova metodologia, busque focalizá-la para a aprendizagem das competências, habilidades e aptidões dos alunos, tendo sempre como objetivo principal a construção de um conhecimento que sirva de base para a formação profissional ética, competente e significativa.

REFERÊNCIAS

- ALARCÃO, Isabel. **Escola reflexiva e nova racionalidade**. 1.ed. Porto Alegre: Artmed, 2001.
- ANASTASIOU, Léa das Graças Camargo. **Docência na educação superior**. Brasília: INEP, 2006.
- ANASTASIOU, L. G. C.; ALVES, L. P. **Processo de ensinagem na universidade: pressupostos para as estratégias de trabalho em aula**. Joinville, SC: Universille, 2004.
- ARAÚJO, K. C. L. C. **A construção dos saberes docentes: um olhar sobre a prática pedagógica dos professores iniciantes da educação superior**. In: XIII Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino, 13, 2002, Recife. Anais... Programas e resumos: painéis e pôsteres.
- BEHRENS, Marilda Aparecida, MIRANDA, Simone de, VIDAL, Eva Sueli Nasser. **Docência universitária na sociedade do conhecimento**. Curitiba: Champagnat, 2003.
- DE ANDRÉ. Marli Eliza D.A; OLIVEIRA, Maria Rita N.S. **Alternativas no ensino da didática**. Campinas, SP. Papirus, 1997. p. 143.
- DEMO, Pedro. **Conhecer e aprender: sabedoria dos limites e desafios**. 2.ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.
- FREIRE. Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra: 1985.
- LDB – **Lei de diretrizes e bases da educação nacional**. 5.ed. Brasília: Edições Câmara, 2010.
- MASETTO, Marcos Tarcísio. **Competência pedagógica do professor universitário**. 1.ed. São Paulo: Summus Editorial, 2003.
- MIZUKAMI, Maria da Graça Nicoletti. **Ensino: as abordagens do processo**. São Paulo: EPU, 1986.
- PACHANE, Graziela Giusti e PEREIRA, Elisabete Monteiro de Aguiar. **A importância da formação didático-pedagógica e a construção de um novo perfil para docentes universitários**. 2003. 255f. Faculdade de Educação, UNICAMP, Campinas.
- PERRENOUD, P. **A prática reflexiva no ofício de professor: profissionalização e razão pedagógica**. Tradução de Cláudia Schilling. Porto Alegre: Artmed, 2002.

ⁱ Professor da FACAPE, economista, especialista em Docência do Ensino Superior, e MBA em Gestão de Cooperativas.

ⁱⁱ Professora da FACAPE, economista, mestre em Engenharia de Produção.

ⁱⁱⁱ Modelo educacional introduzido no Brasil pelos jesuítas, cuja influência religiosa se deu até o final do Império e o início da Primeira República, prevaleceu a tendência pedagógica tradicional. A metodologia, nessa tendência, está fundamentada na transmissão cultural, o aluno era visto como um ser passivo, atribuindo um caráter dogmático aos conteúdos de ensino e percebendo ao professor como figura principal do processo de ensino-aprendizagem.

^{iv} Modelo educacional introduzido no Brasil em que a maior influência herdada repercutiu na estrutura organizacional, na fragmentação da organização curricular e nas estruturas de poder.

^v Termo em inglês que significa retroalimentação.

